

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 8045, DE 2010, DO SENADO FEDERAL, QUE TRATA DO "CÓDIGO DE PROCESSO PENAL" (REVOGA O DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 1941. ALTERA OS DECRETOS-LEI Nº 2.848, DE 1940; 1.002, DE 1969; AS LEIS Nº 4.898, DE 1965, 7.210, DE 1984; 8.038, DE 1990; 9.099, DE 1995; 9.279, DE 1996; 9.609, DE 1998; 11.340, DE 2006; 11.343, DE 2006), E APENSADOS**

**REQUERIMENTO Nº , DE 2019**  
(Da Sra. MARGARETE COELHO)

Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão Especial Destinada a Proferir Parecer ao Projeto de Lei nº 8045, de 2010, para debater sobre os temas “Princípios Fundamentais e Julgamento Antecipado (Plea Bargain)”.

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento nos art. 24, III, 255 e 256, caput, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão Especial Destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8045, de 2010, para debater sobre os temas “Princípios Fundamentais e Julgamento Antecipado (Plea Bargain)”.

Para compor a mesa dos debates, indicamos os seguintes especialistas:

- **Fernando Marcelo Mendes**, presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe);
- **Pedro Paulo Coelho**, presidente da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADep);
- **Pedro Carrielo**, Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro;
- **Marcelo D. Varella**, professor do Programa Pós-Graduação em Direito do Centro Universitário de Brasília.

**JUSTIFICAÇÃO**

O presente requerimento de realização de Audiência Pública terá a finalidade de debater os temas “Princípios Fundamentais e Julgamento Antecipado (Plea Bargain)”, tal como contribuir para esta Comissão na elaboração do parecer do Relator-parcial.

Dessa forma, conto com o apoio dos meus pares para aprovação deste Requerimento.

Sala da Comissão, em        de        de 2019.

**Margarete Coelho**  
Deputada Federal